



**OBSERVAÇÕES
SOBRE AS INSÍGNIAS HONORÍFICAS EXUMADAS
DOS RESTOS MORTAIS DO SENHOR D. PEDRO
DUQUE DE BRAGANÇA E PRIMEIRO IMPERADOR DO BRASIL**

OBSERVAÇÕES
SOBRE AS INSÍGNIAS HONORÍFICAS EXUMADAS
DOS RESTOS MORTAIS DO SENHOR D. PEDRO
DUQUE DE BRAGANÇA
E PRIMEIRO IMPERADOR DO BRASIL

*António Pacheco Trigueiros **

*Para a Dra. Valdirene do Carmo Ambiel,
em reconhecimento pela sua importante descoberta*

Introdução

Num dia de Fevereiro de 2012, sob o calor húmido do verão paulista, uma equipa de arqueólogos da Universidade de São Paulo, liderados pela Dra. Valdirene do Carmo Ambiel, assentou arrais no interior da cripta do Monumento à Independência, conhecido como Ipiranga, na praça do mesmo nome em São Paulo. Munidos das respectivas autorizações (de 11 diferentes instituições e da família imperial brasileira), deram início aos trabalhos de abertura das urnas funerárias do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara, duque de Bragança e ex-rei de Portugal, e das suas duas mulheres, as imperatrizes Dona Leopoldina (1797-1817-826), filha do imperador Francisco I da Áustria, e de Dona Amélia de Beauharnais (1812-1829-1853), princesa de Leuchtenberg e Eischaedt.

Todos os cuidados foram tomados para se evitarem contaminações de eventuais fungos e bactérias alojados nas urnas, para o ambiente da cripta.

Antes da abertura foram tiradas amostras do ar interior e feitas análise por cromatografia em fase gasosa e foram feitas culturas bacteriológicas, que resultaram inofensivas.

A primeira urna a ser aberta foi a da imperatriz Leopoldina, a 27 de Fevereiro; seguiram-se a do imperador D. Pedro, a 4 de Abril; e a urna da imperatriz D Amélia, a 26 de Julho. Os remanescentes humanos e todo o conteúdo das urnas foram objecto de aturado estudo forense, em laboratório especializado em São Paulo, onde também se fizeram exames tomográficos às urnas.

Num dia de Agosto de 2012, já era inverno no Brasil, a cripta voltou a ser encerrada, depois de ter sido restaurada. De fora ficaram os objectos encontrados nos restos mortais, devidamente protegidos em embalagens especialmente desenhadas para o efeito: um par de brincos da imperatriz D Leopoldina e amostras do seu manto; insígnias honoríficas, restos de botões de farda, do cinturão e de um pregador de manto de D. Pedro, restos dos tacões das suas botas de cano alto, e dos galões da farda. Tudo o resto tinha desaparecido, tecidos, sedas, couros, os restos mortais de D. Pedro estavam reduzidos ao esqueleto. Os restos de D. Amélia estavam mumificados e bem preservados, inclusive os tecidos bordados das suas vestes estavam intactos.

Em Abril deste ano de 2013, a Dra. Do Carmo Ambiel publicou o seu primeiro relatório de trabalho e de dissertação académica, que teve a gentileza de me indicar, e do qual foram tiradas todas as características das insígnias recuperadas.¹

As Insígnias honoríficas exumadas da urna de D. Pedro

Foram encontradas bem perto daquela que terá sido a sua posição original, no enterramento do duque de Bragança: -- o hábito do pescoço da Ordem do Tosão de Ouro, de ouro esmaltado, estava na base do crânio, junto às costelas; a placa da Ordem Militar da Torre e Espada, de 1832, de prata esmaltada, estava logo à vista, sobre o peito; o pendente da banda de Grã-Cruz da mesma Ordem, estava na zona da cintura; no mesmo local estavam os restos do cinturão e uma medalha pendente da banda das Três Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago, também de prata esmaltada.

1 AMBIEL, Valdirene do Carmo. Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência. 2013. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada ao Programa de Pós Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo.



Insígnias da Ordem do Tosão de Ouro

*À esq. - Insígnia recuperada da urna funerária de D. Pedro
Ouro com esmaltes,
dim. 117 x 64 mm. Peso 94,4 g
Fabrico português
Foto: Beatriz Monteiro*

*À dir. - Insígnia de D. João VI
que coube a D. Miguel nas partilhas
de 1826, actualmente em Paris,
na colecção Spada
Ouro com esmaltes,
dim. 130 x 71 mm. Peso 98 g
Fabrico português
Foto: Museu da Legião de Honra*



1. O hábito de pescoço da Ordem do Tosão de Ouro

Desde que foi instituída em Janeiro de 1430, em comemoração do casamento do duque da Borgonha, Filipe o Bom, com a infanta Isabel de Portugal, filha do rei D. João I, que a Ordem do Tosão de Ouro tem sido ingrata para com os portugueses. Dos 618 cavaleiros nomeados até ao ano de 1701, quando se dá a divisão da Ordem nos dois ramos austríaco e espanhol, apenas quatro portugueses ostentaram tão prestigiosa quanto antiga insígnia, entre eles, os reis D. Manuel I (em 1516) e D. João III (em 1531), ambos por nomeação do imperador Carlos V.

Data precisamente desse ano de 1516 a primeira modificação da insígnia da Ordem do Tosão de Ouro, inicialmente um grande colar de ouro composto por 28 ligações, com o formato de BB duplo entrelaçado (da Casa de Borgonha), intercaladas pelo símbolo da chama, representado pela pedra azul (a pederneira que dá faísca), donde saem dois fogaréus esmaltados a vermelho, tendo pendente o velo, ou pele de carneiro dourado. Carlos V acrescentou nesse ano um hábito para ser usado ao pescoço, pendente de uma fita vermelha, como peça de uso diário, composto pelo velo, pendente do duplo BB entrelaçado, e de uma passadeira para a fita.

A contagem dos cavaleiros prossegue desde 1701 com o número 619 em ambos ramos da Ordem, perfazendo 1147 cavaleiros no ramo espanhol e 1197 cavaleiros no ramo austríaco até à morte do imperador Francisco José em 1916 (destes, apenas dois portugueses nomeados, o infante D. Manuel de Bragança, em 1721, e D. Miguel de Bragança, filho do rei exilado, em 1847).

Malquisto com a participação portuguesa na guerra da Sucessão de Espanha ao lado do pretendente austríaco, os soberanos espanhóis irão ignorar os seus vizinhos lusos nas sucessivas nomeações nos capítulos anuais da Ordem até ao ano de 1785, quando mais um duplo casamento entre as duas famílias reinantes irá restabelecer as boas relações entre as nações ibéricas.

Em Maio de 1785, na capela do Palácio Ducal de Vila Viçosa, tem lugar o matrimónio entre o infante D. João Maria de Bragança, segundo filho da rainha D. Maria I, com a infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha do príncipe real Carlos, herdeiro do trono espanhol. Para marcar o acontecimento, Carlos III de Espanha nomeia três portugueses para a Ordem e envia-lhes as insígnias durante as cerimónias em Vila Viçosa:

(numeração no ramo espanhol da Ordem):

801 – D. José Francisco de Bragança, príncipe do Brasil (1761-1788), herdeiro do trono de Portugal

802 – D. João Maria de Bragança (1767-1826), futuro rei D. João VI ²

803 – Henrique de Menezes, conde da Ericeira (1727-1787), embaixador de Portugal na corte de Madrid

E a lista dos agraciados de nacionalidade portuguesa continua como segue, até ao final do reinado de D. João VI: ³

825 – em 1789, Diogo de Noronha, embaixador de Portugal em Madrid

843 – em 1795, D. António Pio, príncipe da Beira (1795-1801), primogénito do príncipe regente D. João Maria

844 – em 1796, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), estadista

850 – em 1801, D. Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil e príncipe real após a morte do seu irmão António (11 de Junho de 1801)

854 – em 1804, D. Miguel Maria Evaristo (1802-1866), futuro rei D. Miguel I

880 – em 1816, o marquês de Valada, Fernando de Meneses e Castro (1754-1834), intendente da casa da rainha Dona Carlota Joaquina

915 – em 1823, D. Sebastião de Bourbon e Bragança, infante de Portugal e de Espanha (1811-1875), neto de D. João VI

920 – em 1824, o marquês de Palmela, Pedro de Sousa Holstein (1781-1859)

Quanto a dignitários brasileiros da Ordem do Tosão de Ouro, só temos

² “O Tosão de Ouro com o seu colar foi dado a Sua Majestade, em 3 de Maio de 1785, em Vila Viçosa”, escreveria mais tarde o seu criado particular, ao descrever as jóias de que estava encarregado pelo seu Augusto Amo e Senhor. Ver as fontes, IAN/TT, Casa Forte n.º 109

³ A listagem completa dos cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro, até 1961, foi publicada no catálogo da exposição *La Toison d’Or – Bruges 1962*, referido na bibliografia

um, o imperador D. Pedro II, que a recebeu em 1835, competindo-lhe o número 949 da seriação espanhola.

As insígnias do príncipe real – D. Pedro não era à nascença o príncipe herdeiro, existiam duas irmãs mais velhas, Dona Maria Tereza (1793-1874) e Dona Isabel Maria (1797-1818), e um irmão, D. António Pio, nascido em 1795 e falecido a 11 de Junho de 1801. Só depois desta morte é que D. Pedro ascendeu à titularidade real, recebendo então o grau de cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro (número 850 do ramo espanhol da Ordem). Passou também desde então a usar da Banda das Três Ordens Militares Portuguesas, como Comendador-mór das mesmas (muito embora em versão de infante, ou de criança, ou seja, de pequena dimensão).

A Ordem do Tosão de Ouro no Brasil – Com a transmigração da família real e da corte para o Brasil, não se alteraram os costumes de envergar o hábito do Tosão de Ouro em todas as cerimónias protocolares, pelo que as insígnias de ouro esmaltado do príncipe regente D. João e, mais tarde, as insígnias do príncipe real D. Pedro, estariam naturalmente sujeitas a estragos e reparações. Entre 1809 e 1821, o ourives da Casa Real, António Gomes da Silva, efectuou diversos consertos dessas insígnias, cuja natureza e custo ficou registado nas despesas da Casa Real, arquivadas na Torre do Tombo em Lisboa e de que damos alguns exemplos: ⁴

1809, Dezembro 22 – Por um carneiro de ouro, para um hábito da Ordem do Tosão, 12\$00 réis

1810, Dezembro 14 – Por conserto de um hábito do Tosão de Sua Alteza Real, 9\$600 réis

1811, Agosto 24 – Por conserto de um hábito de brilhantes da Ordem do Tosão, 32\$000 réis

1812, Dezembro 17 – Por conserto de um Tosão esmaltado de Sua Alteza Real, 16\$000

1815, Junho 3 – Por conserto de um colar esmaltado da Ordem do Tosão de Ouro, 24\$000,

Além de consertos, a oficina do ourives Gomes da Silva fabricou inúmeras insígnias de Ordens honoríficas para o príncipe Regente, para o infante D. Pedro e para encomendas da Casa Real, incluindo hábitos da Ordem do Tosão de Ouro:

1810, Novembro 21 – Um Tosão de ouro esmaltado para o pescoço, 150\$000 réis

⁴ AN/TT, Casa Real (ex-AHMF), caixas n.ºs 3244 a 3343 (Rio de Janeiro)



Retratos de D. Pedro I do Brasil

À esq. - Simplicio Rodrigues de Sá, 1826

À dir. - Henrique José da Silva, 1824

Fotos: Museu Imperial de Petrópolis



Em ambas pinturas aparece representado o rico hábito da Ordem do Tosão de ouro, de pôr ao pescoço, com a sua guarnição de brilhantes (em forma de peitoral), oferecido por D. João VI em 1821 ao príncipe real D. Pedro, a bordo da nau que o ia levar de regresso a Lisboa

1811, Outubro 3 – Por um hábito esmaltado da Ordem do Tosão, 192\$000 réis

1814, Maio 12 – Por um hábito esmaltado do Tosão de Ouro, 240\$000 réis

1820, Dezembro – Por um hábito novo do Tosão de oiro esmaltado, 256\$000 réis

Já em Lisboa, Gomes da Silva continua com os concertos e ainda fabricou mais um hábito do Tosão, antes da morte de D. João VI:

1825, Dezembro – Por um hábito novo esmaltado da O. do Tosão, 182\$400 réis.

O hábito do Tosão rico, de brilhantes, que ficou no Brasil - Por um outro documento, pouco conhecido dos historiadores, foi-nos deixada uma relação fiel e exacta das condecorações de D. João VI, não só das Ordens por si criadas, mas também das recebidas de outros soberanos estrangeiros. É nesse precioso testemunho, do punho do seu criado particular Thomaz António Carneiro, onde aparece a única referência coeva conhecida, às ofertas muito especiais que o rei fez ao príncipe D. Pedro, particularmente aquela feita a bordo da nau, no momento de embarcar para Lisboa,

um facto pouco conhecido na historiografia luso-brasileira:

“Das Joias que de Ca forão i que ficarão no Rio de Janeiro (...):

-- Deu Sua Magestade Ao Serenissimo Principe Real huma Medalha das Tres Ordens Esmaltada com sircolo de Perolas’ i Brillhantes...

-- Deu Sua Magestade O’ Mesmo Snr.’ Coando se Despedio dele na Náu para La ficar hum Abito de Brillhantes-rico de Tezão, de por O’ Pescoso...

-- Deu-lhe Sua Magestade hum Ispadim de Brillhantes-rico q’. Ihe tinha Dado El-Rey de Ispanha Coando veio A’ Elvas em 1796, por esta mesma o’ Casião deu El-Rey de Ispanha, a Sua Magestade A’Ordem de Carrolos Terceiro de Nossa Senhora da Conseição.”⁵

O hábito de pôr ao pescoço, de brilhantes rico da Ordem do Tosão mencionado nesta relação do criado, era daqueles feitos em Lisboa no final do século XVIII, com a sua distinta guarnição cravada de brilhantes grossos. Desde então passou a figurar em muitos retratos do imperador do Brasil, como aqueles que se ilustram ao lado, de 1824-1826.

As partilhas por óbito de D. João VI – Por decreto de D. Pedro dado no Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1826, foi determinado o inventário de todos os bens do falecido rei e a sua partilha pelos filhos herdeiros (excluindo a rainha Dona Carlota Joaquina, por estar casada com separação de bens, e as duas infantas que tinham passado a Espanha e renunciado aos seus direitos), bem como, a separação dos bens que pertencessem à Coroa e ao Tesouro da Casa Real, e de igual modo, os bens da Casa do Infantado, por serem pertença do infante D. Miguel.

Desse inventário e partilhas, cujo original existe na Torre do Tombo, ficamos a saber que D. Pedro e D. Miguel ficaram com as seguintes insígnias da Ordem do Tosão de Ouro ⁶:

D Pedro – «Hum Habito de brilhantes de Toison, da segunda Ordem, e peza ao todo, tres onças, e huma oitava e Meia (91,44g) 1:200\$000;

Hum Habito de brilhantes de Toison para Cazaca, que tem um diamante grande ama-

5 IAN/TT, Casa Forte n.º 109. *“Relação das Jóias Del Rey Nosso Augusto Amo e Senhor de que está encarregado o Seu criado Particular Thomas A. Carneiro, Desde de Ano de 1807 que forão para o Brazil a the Oje, 31 de Janeiro de 1825”*. Lisboa, 1825 (31 de Janeiro).

6 Idem, Casa Forte n.º 108 e 109. O total da partilha foi de 116:013\$338 réis para cada um dos cinco herdeiros, incluindo a 5.ª parte de todo o dinheiro das 250.000 libras esterlinas que D. João VI tinha recebido como ressarcimento dos bens que possuía no Brasil, e das 10 acções da Comp.ª Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Seria equivalente em escudos de 2000 a 464.000 contos, ou a 2.320.000 euros de 2001.



Anónimo, s/d, retrato de D. Pedro, datável de finais de 1832.

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (foto)

A insígnia da Ordem do Tosão de Ouro nele representada é a única que apresenta reais semelhanças com a insígnia exumada em 2012.

A banda de seda azul-ferrete é invenção do artista



relo, e peza ao todo, huma onça, e huma oitava e meia (34,07g) 3:250\$000;

Uma caixa com o hábito do Toison esmaltado de oiro, havendo outro mais da mesma Ordem, e peção ao todo, sete onças, quatro oitavas e meia e vinte grãos (217,95g) 98\$000»

D. Miguel – «Huma Caixa, que contém huma guarnição para O Toison grande, e o Cordeiro com os seus raios, Guarnecido tudo de brilhantes pequenos 1:000\$000;

Huma Caixa com hum Hábito grande do Toison, muito rico, de brilhantes muito grossos, e peza ao todo, quatorze onças, e duas oitavas e meias (410,59g) 60:000\$000;

Tres Toisoens (de oiro) pequenos, e mais cinco ditos e mais outro que apareceu em huma gaveta, 99\$000»

Verifica-se assim que, dos cinco hábitos para pescoço de uso corrente (sem brilhantes), fabricados de novo por Gomes da Silva no Rio de Janeiro, apenas dois apareceram referenciados no inventário por óbito do rei (couberam a D. Pedro, um deles com o seu estojo), ou seja, os restantes três seriam pertença dos dois irmãos, não tendo por isso entrado na partilha paterna.

O hábito de ouro encontrado junto dos restos mortais de D. Pedro será, muito provavelmente, um desses cinco fabricados no Brasil por António Gomes da Silva.

Eis as suas características: dimensões 117 x 64 mm; peso 94,4 g. Pelo

*João Baptista Ribeiro,
D. Pedro no Porto,
em Junho de 1833.*

*Biblioteca Nacional de Portugal
(foto)*

*A placa da
Imperial Ordem do Cruzeiro
não apareceu na exumação
dos seus restos mortais*

*O estudo forense veio revelar
que D. Pedro teria, em média,
1,70 m de altura
e ombros estreitos.
Deixou de aparar a barba
em Março de 1832.*



seu excelente estado de conservação se pode deduzir ser de ouro de alta qualidade, superior a 900 milésimas (toque dito francês), talvez mesmo de 917 milésimas (toque dito português).

Um outro desses cinco hábitos foi recentemente vendido para a colecção de António Spada, encontrando-se hoje no Museu da Legião de Honra de Paris, juntamente com o grande colar da Ordem, todo em ouro, também pertença de D. João VI, que o usou no dia da sua coroação e que, depois das partilhas, passou para os descendentes do infante D. Miguel e também foi recentemente vendido para a mesma colecção Spada em Paris.

Um quadro com o Tosão agora recuperado – São vários os quadros retratando D. Pedro que apresentam imagens dos hábitos do Tosão de Ouro. Mas apenas um o faz reproduzindo o hábito encontrado no seu caixão, e que tivemos o gosto de identificar no quadro existente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (anónimo, sem data, mas pela barba ⁷ datável de finais de 1832).

⁷ A barba de um adulto cresce, em média, entre 12 a 15 cm por ano. Pelo relato escrito do almirante Napier, que acompanhou a expedição liberal desde os Açores, sabemos que foi desde essa altura (Março de 1832) que o duque de Bragança deixou crescer a barba e o cabelo, aderindo a um costume militar. Em Junho de 1833, quando foi retratado no Porto por João Baptista Pinheiro, o duque de Bragança já apresentava uma expressão fisionómica envelhecida, com o cabelo e a barba hirsutas, de tão crescidas. O comprimento da sua barba em meados de 1833 permite situar o retrato existente no Museu Histórico Nacional em finais de 1832.

2. As Insígnias da Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1832)

A placa de prender ao peito apresenta uma característica de fabrico típica de fabricantes franceses e ingleses da época (raios transfurados). Se tivesse dois espigões laterais ao fecho, no verso, seria de fabrico francês, o que não parece que tenha tido. Por comparação com a única insígnia conhecida da Ordem da Torre e Espada, que pode ser datada de 1833, uma vez que tem as marcas de contraste da cidade de Londres desse ano, somos a favor de que seja inglês o fabricante das primeiras insígnias da Ordem.

Eis as suas características:

Placa – dimensões 87,2 x 74 x 6,5 mm; peso 41,1 g

Pendente – dimensões 65 x 39 x 6,2 mm; peso 19,7 g

Apesar de fragmentada, não se apresenta muito corroída, o que indica ser de prata de alta qualidade (alto teor de prata, baixo teor de cobre), talvez de toque superior a 930 milésimas.

O pendente da banda tem uma tipologia diferente do habitual, já que é mais do estilo de hábito de trazer ao peito. Note-se a argola de suspensão e a torre, com a ameia direita, sem o formato cónico com que normalmente se encontra nas insígnias de fabrico nacional. Décadas mais tarde, será precisamente esse o estilo de insígnia, de ameia direita, com que aparece desenhada nos livros editados na Europa.

Uma nova Ordem Militar instituída no Porto – Esta nova Ordem foi criada por D. Pedro no Porto a 28 de Julho de 1932, como regente em nome da Rainha. Numa cidade sitiada e sujeita a ferozes bombardeamentos, teria sido impossível fazer obra de ourives para o fabrico das suas insígnias. A descoberta de que estas duas peças são de fabricação inglesa, esclarece um pormenor que era até agora desconhecido. No entanto, a história das primitivas insígnias da nova Ordem Militar de D. Pedro passa também pelo pintor João Baptista Ribeiro, que as desenhou, e pelo marquês de Palmela, que levou para Londres esses desenhos, logo a 30 desse mês.⁸

⁸ Devo ao senhor Dr. António Mourato, autor do livro sobre a vida e a obra de João Baptista Ribeiro, citada na bibliografia, a informação de que, nos apontamentos retirados do arquivo pessoal do pintor, hoje recolhido na Câmara Municipal do Porto, constam evidências documentais de que: 1 – o desenho das insígnias foi feito pelo pintor, a encomenda de Palmela; 2 – foi Palmela que os levou para Londres, a 30 de Julho, para serem passados ao metal; 3 - foi ainda o pintor que fez as alterações ao brasão de armas da Câmara Municipal do Porto, por ordem de D. Pedro, nele incluindo o colar da nova Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

No entanto, há que acrescentar que o pintor copiou muito exactamente o desenho da estrela de cinco raios brancos e o formato da placa da Imperial Ordem de D. Pedro I, por ele criada em 1826.



*Em cima: Placa de Grã-Cruz da nova Ordem Militar da Torre e Espada,
exumada da urna de D. Pedro.*

Prata esmaltada e dourada.

Dia. 74 mm; altura com torre 87,2 mm; esp. 6,5 mm. Peso 41,1 g

Fabrico inglês, sem marcas (Londres, 1832-1833).

*Centro, torre e estrela aplicados sobre um resplendor com raios transfurados
e centro liso no verso (com fecho de alfinete)*

Fotos: Beatriz Monteiro

*Em baixo. - insígnia pendente de colar de Comendador ou de Grã-Cruz,
com marcas de contraste de Londres de 1833, fabricante A. J. Strachan.*

Prata esmaltada e dourada. Dia. 78 mm; alt. 89 mm. Peso 90 g.

Foto do autor





Pendente da banda de seda de Grã-Cruz da nova Ordem da Torre e Espada, exumada da urna de D. Pedro.

Prata esmaltada e dourada. Dia. 39 mm; h. 65 mm; esp. 6,2 mm. Peso 19,7 g

*Torre com ameia direita
Fabrico inglês
sem marcas
(Londres, 1832-33)*

Fotos: Beatriz Monteiro



Em baixo: desenhos de pendentes da banda de Grã-Cruz e do colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

*à dir. - publicados em Portugal em 1881
(Silva e Tavano): a argola de suspensão
agarra na telhado cónico da torre*

*à esq. - publicados na Alemanha em 1870
(Schulze, suplemento): a argola de suspensão
agarra num barrilete
colocado sobre a ameia da torre*



Por decreto de 29 de Setembro de 1834, Dona Maria concedeu o grau de Grã-Cruz da Ordem a D. Pedro, no próprio dia em que as Cortes aprovaram a sua maioria e o fim da regência.⁹

É natural que as insígnias de Grã-Cruz da nova Ordem tenham sido mostradas e entregues ao pai no seu leito de moribundo, já que faleceu quatro dias depois. No entanto, toda a cena romântica descrita pelo biógrafo Pedro Calmon, de que a jovem rainha teria “atirado ao pescoço do pai moribundo, o colar da Ordem”,¹⁰ sabe-se agora que não corresponde à verdade histórica, o colar não se encontrava no caixão de D. Pedro, apenas a placa e o pendente da banda de seda azul-ferrete, com que o seu corpo terá sido revestido, depois de ter sido autopsiado e vestido com a farda com que entrou vitorioso em Lisboa.

3 – O pendente da Banda das Três Ordens Militares Portuguesas, de Cristo, de Avis e de Santiago

É das quatro peças encontradas a mais interessante e aquela donde se pode deduzir a conclusão mais inesperada e surpreendente. Vejamos primeiro as suas características: dimensões – altura com argola: 79,3 mm e sem argola: 65 mm. Oval com moldura de corda: 59 x 46,5 x 9 mm. Peso: 30,35 g

Ou seja, é uma oval de prata esmaltada e dourada, com uma moldura de corda dourada, na frente o centro esmaltado a branco, onde assentam as cruzes das três Ordens Militares de Cristo, Avis e de Santiago, esmaltadas de suas cores (vermelho, verde e vermelho), tendo o Sagrado Coração de Jesus por cima de cada uma, esmaltado de várias cores.

Tem o formato bojudo da época (em forma de sabonete, espessura de 9 mm), mas de pequenas dimensões, a oval não chega aos 6 cm de altura, quando as insígnias conhecidas de D. João VI, do mesmo formato e tipo (ou seja, sem a coroa real e do mesmo estilo bojudo), medem 96 x 70 x 17 mm.

Extraordinária descoberta!

A questão que de imediato se levanta é esta: **o que faz uma insígnia de criança no caixão de D. Pedro?** Porque essa é a conclusão surpreendente, esta insígnia corresponde em tamanho e em tipo, às insígnias que os senhores Infantes deste reino usavam quando eram crianças, isto antes da

9 IAN/TT, MR 914, livro 1.º, fol. 16 v. Transcreve a Carta Régia de 20 de Setembro de 1834

10 Veja-se a romântica descrição em *O Rei Cavalleiro*, pp. 309-310



*Medalha pendente
da banda de seda
das Três Ordens Militares
Portuguesas,
de Cristo, Avis e Santiago,
exumada da urna
de D. Pedro
(anverso e reverso)*

*Em cima: tal como
foi retirada*

*Em baixo: depois de
tratada e limpa*



*Prata esmaltada
e dourada.
Dimensões:
altura 79,3 mm c/argola;
Oval bojuda
59,0 x 46,5 x 9 mm.*

Peso: 30,35 g

*Fabrico português
(Lisboa, c. 1833-34)*

Fotos: Beatriz Monteiro



ida para o Brasil em 1807.

Desta descoberta saiu outra ainda mais emocionante: nos retratos de Dona Maria II dessa época encontra-se bem visível a representação de um pendente destas três Ordens do mesmo tipo e estilo emblemático; e no “Inventário por óbito da Rainha D. Maria II”, cujo original também se encontra nos ANTT, vem uma descrição exacta do pendente e da placa desta Ordem, tal como se vê representada no conhecido quadro de John Simpson, de c. 1840, existente no Museu Imperial em Petrópolis:

«Herança de Sua Magestade a Rainha Dona Maria 2.^a – 1854-57. Inventário n.º:

32 – Uma medalha de figura oval, e de ouro, tendo esmaltado de diferentes cores



Pendentes da banda de seda das Três Ordens Militares Portuguesas, fabrico português anterior à ida para o Brasil:

à esq. - Insignia de um infante filho do Príncipe Regente D. João. Prata dourada com esmaltes. Oval plana, dimensões 73 x 54 x 2 mm

à dir. - Insignia do Príncipe Regente D. João, oferta da Casa de Bragança em 1807. Prata dourada com esmaltes. Oval bojuda, dimensões 96 x 70 x 17 mm
Fotos do autor

as três Ordens Militares, pesa uma onça, meia oitava e vinte e quatro grãos, av. 12\$000 réis (peso 31,676 g; monte B, coube à infanta Dona Maria Anna – foi para a Saxónia Real)

113- Um placar de prata, formado de raios, cortado fingindo pedrinhas, com sobrepósitos no centro também formados de raios com as cruzes das três Ordens Militares, e na cabeceira coração, tudo de ouro esmaltado de diferentes cores, pesa (... 34,66 g) av. 4\$000 réis (Monte A, coube a D. Luís I, desapareceu)»¹¹

Uma conclusão inesperada e surpreendente

A conclusão é agora óbvia e só pode ser uma, dado que o único personagem presente na morte de D. Pedro, com direito a usar da Banda das Três Ordens Militares portuguesas, símbolo emblemático da chefia do Estado Português, além dele próprio, como regente, era a rainha D. Maria II.

¹¹ IAN/TT, Casa Real, caixas 4663, maço 3.º e caixa 4664, maço 8.º



*Anónimo, Escola inglesa,
D. Maria II,
c. 1833.*

*Palácio Nacional
de Mafra (foto)*

*Com insígnia oval,
de infante, dourada e
encordoada*



Uma hipótese, uma tese – Nunca saberemos ao certo o que terá acontecido, nos últimos momentos antes do funeral do duque de Bragança D. Pedro. Mas podemos imaginar essa cena, quando, depois do seu corpo ter sido vestido e revestido com as insígnias do Tosão de Ouro e da banda de Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, a sua filha e a imperatriz Dona Amélia terão querido vê-lo e despedir-se do seu pai e marido.

Uma das duas – talvez a imperatriz sua viúva – terá notado a falta da banda das Três Ordens Militares, com que D. Pedro se fez retratar no Porto, como regente do reino. Terá então pedido ao camareiro que fosse buscar uma, para colocar no féretro, juntamente com as outras insígnias própria da sua condição real.

Terá então o camareiro regressado com a notícia de que não havia nenhuma insígnia dessas disponível, já que, depois da morte d'El-Rei o Senhor D. João VI, fizeram-se partilhas entre os cinco filhos e filhas, e as insígnias das Três Ordens que eram de uso corrente pelo rei, tinham sido repartidas.

*John Simpson,
D. Maria II,
c. 1840.*

*Museu Imperial
de Petrópolis (foto).*

*Neste retrato figuram as
duas insígnias
(placa e pendente da banda)
rigorosamente conformes
a descrição que delas
fará o inventário de
1854-57,
por óbito da rainha*



E as insígnias de grande estado, de grossos brilhantes e diamantes, eram propriedade do Tesouro Real.

E nada existia também nos pertences de Sua Majestade Imperial que tinham vindo do Porto, além do seu Tosão de Ouro, de que nunca se separava. Nem Ordens brasileiras lá se encontravam, parece – teria dito o camareiro – que o Senhor D. Pedro deixou no Brasil tudo o que era brasileiro, nada quis trazer consigo. E a imperatriz Dona Amélia terá então confirmado, de facto assim foi.

Terá sido nesse momento que a jovem rainha de 15 anos, a rainha-criança, terá dito:

“Se não temos mais nenhuma, eu lhe dou a minha...”

E tirou a banda que envergava nesse dia e entregou-a ao camareiro para que a colocasse no caixão junto com as outras insígnias, por ser da sua condição de rei e regente de Portugal, que ele a tivesse consigo para sempre.

A Banda das Três Ordens Militares, de Cristo, de Avis e de Santiago, encontrada nos restos mortais do senhor D. Pedro, duque de Bragança e



*Nicolas-Eustache Maurin, A morte de D. Pedro,
gravura colorida à mão, Paris, 1834.*

*Desenho de grande realismo, onde se podem observar, do lado direito,
o duque de Saldanha, a rainha D. Maria II com a sua banda das Três Ordens,
e a imperatriz Dona Amélia*

imperador do Brasil, era pertença de Dona Maria II, era o seu pendente de uso corrente, muito provavelmente fabricado em Lisboa em 1833-34.

Uma nota final

Faz mais de 30 anos que iniciei um projecto pessoal de investigação documental e iconográfica das insígnias emblemáticas das antigas Ordens Militares Portuguesas. De todas as Ordens que estudei e pesquisei em arquivos e bibliotecas, em colecções particulares e públicas, em Portugal, no Brasil e no estrangeiro, onde fotografei, medi, pesei e observei muitas centenas de insígnias, nenhuma me prendeu mais a atenção do que a Banda das Três Ordens Militares.

Porque ela é a expressão emblemática da chefia do Estado português, a insígnia que distingue Portugal como Estado soberano; porque ela está muito mal estudada e pior ainda descrita, em tudo o que são textos oficiais

ou particulares, incluindo os próprios textos emanados da Presidência da República Portuguesa.

Ao longo de muitos anos tentei escrever a sua história, a narrativa do seu ordenamento cronológico, iconográfico e industrial, desde que foi instituída em 1789 pela rainha Dona Maria I. Tentei e quase consegui, mas sempre encontrei nessa narrativa um momento vazio, faltava sempre um elo de ligação entre as insígnias do antigo regime, e as insígnias do regime constitucional, bem mais fáceis de estudar e de ordenar.

Graças à iniciativa da Dra. Valdirene do Carmo Ambiel, e às suas extraordinárias descobertas na exumação dos restos mortais do Senhor D. Pedro, esse elo perdido foi recuperado, agora já é possível escrever essa história.

Lisboa, 24 de Maio de 2013

(*) Engenheiro Químico.

Director da Sociedade de Geografia de Lisboa

Fontes e Bibliografia

Fontes

AMBIEL, Valdirene do Carmo. Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência. 2013. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada ao Programa de Pós Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo.

Acessível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-27032013-173516/>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Universidade de São Paulo. Acesso em 18 Abril 2013.

IAN/TT - Casa Forte n.º 108: Autos de Inventário e Partilhas do Real Espólio a que se procedeu por óbito de Sua Majestade o Imperador e Rei o Senhor Dom João VI de Saudosa Memória, de que é inventariante Sua Alteza Real a Sereníssima Senhora Infanta Dona Isabel Maria. Lisboa, 1826 – 1837 – 1841. I - *Folha do que fica pertencendo ao quinhão de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro 4.º*, fol. 327; III – Idem, *ibid*, *do quinhão que fica pertencendo ao Senhor Infante Dom Miguel*, fol. 351.

IAN/TT – Casa Forte n.º 109: Inventário do Espólio e Herança que ficou de Sua Majestade Imperial e Real o Senhor Dom João VI de Saudosa Memória, que Deos haja em Sua Santa Glória. Palácio de Queluz, 30 de Março de 1826. Documento n.º 1 apenso: “*Relação das Jóias Del Rey Nosso Augusto Amo e Senhor de que está encarregado o Seu criado Particular Thomas A. Carneiro*”. Lisboa, 1825 (31 de Janeiro).

IAN/TT, Casa Real (ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças), *Herança de Sua Majestade a rainha D. Maria II*. Palácio das Necessidades, 1854 – 1857 (avaliações) – 1862 (partilhas). Caixa 4663, maço 4.º (partilhas) e caixa 4664, maço 8.º (avaliações).

IAN/TT, Casa Real (ex-AHMF), Despesas da Casa Real e recibos dos fornecedores. Caixas n.ºs 3244 a 3343 (Rio de Janeiro).

IAN/TT, Ministério do Reino, livro MR 914. *Registo dos Diplomas de Condecorações das Ordens Militares Portuguesas concedidas pelos nossos Reis a outros Soberanos e Príncipes*. Livro 1.º (1789 – 1865), Carta Régia de 20 de Setembro de 1834, para S. M. I. o Duque de Bragança, D. Pedro de Alcântara, Grã-Cruz da Torre e Espada, fol. 16 v.

Bibliografia

CALMON, Pedro. O Rei Cavalleiro. A vida de D. Pedro I. São Paulo: 1933

HONNEUR & GLORIE – Les trésors de la collection Spada. Catálogo da Exposição. Museu Nacional da Legião de Honra. Paris, 2008, p. 34 (Ordem do Tosão de Ouro, insígnia de D. João VI)

LA TOISON d'OR – Cinq Siècles d'art et d'Histoire. Catálogo da Exposição. Ville de Bruges. Bruges: 1962, p. 63-64 (listagem dos cavaleiros portugueses n.ºs 843 a 854)

MOURATO, António. João Baptista Ribeiro 1790-1868. Porto: Ed. Afrontamento, 2010

SILVA, José Augusto da e TAVANO, Aleixo. Notícia histórica das Ordens Militares e Civis Portuguesas e Legislação respectiva desde 1789. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª edição, 1881

SCHULZE, H. Chronik sämtlicher bekannten Ritter-Orden und Ehrezeichen, welche von Souverainen und Regierungen verliehen werden, nebst Abbildungen der Decorationen. Supplement I, pp. 295-304; estampa XXXIX. Berlin: Carl Lindow, 1870

TESOUROS REAIS. Catálogo da Exposição. Palácio Nacional da Ajuda. p. 157 (n.º 254 - Hábito da Ordem do Tosão de Ouro, de D. João VI). Lisboa: Instituto Português do património Cultural, 1992

TRIGUEIROS, António M. A Banda das Três Ordens Militares Portuguesas de Cristo, S. Bento de Avis e Sant'Iago da Espada. Entrada no catálogo da exposição. "D. João VI e o seu Tempo". Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999, p. 232-233 (n.º II - pendente da banda do Príncipe Regente D. João, 1807)

TRIGUEIROS, António M. As Ordens Militares Portuguesas no Império do Brasil 1822 – 1889. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, vol. 43, p. 201-230, 2011

TRIGUEIROS, António M. Garrett no Porto e a nova Ordem da Torre e Espada. Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística. Lisboa, vol. 35, n.º 4, p. 169-176, 2000



A Ordem de D. Pedro I, Fundador do Império do Brasil (1826), serviu de modelo para o desenho das insígnias da nova Ordem Militar da Torre e Espada (1832)